

**LETRAMENTO RACIAL CRÍTICO EM MAPEAMENTO
SISTEMÁTICO DE PUBLICAÇÕES CIENTÍFICAS:
contribuições de uma educação antirracista frente aos 20 anos
da Lei 10.639/2003**

**CRITICAL RACIAL LITERACY IN SYSTEMATIC MAPPING OF
SCIENTIFIC PUBLICATIONS: contributions to anti-racist education in
the face of 20 years of Law 10.639/2003**

Madjiguene Rodrigues Rangelⁱ

Gabriela Rodrigues Noalⁱⁱ

Cadidja Coutinhoⁱⁱⁱ

RESUMO: Expõe-se neste trabalho os conceitos de Letramento Racial e Letramento Racial Crítico (LRC), tendo como objetivo investigar como o LCR se apresenta nas produções científicas publicizadas no Periódico da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) à luz da Formação de Professores/as e da Ação Pedagógica, bem como apresentar as contribuições de uma educação antirracista à vista dos 20 anos da Lei 10.639/2003. Diante disso, o método baseia-se no mapeamento sistemático de produções científicas, disponibilizadas no Periódicos da CAPES, selecionadas de forma atemporal. Para a análise de dados, foi utilizada a análise temática com a utilização do software ATLAS.ti, em que os textos foram organizados em duas categorias, sendo elas a “Formação de Professores/as” e “Ação Pedagógica”. Como resultado, evidenciou-se a necessidade de fomentar progressivamente o LRC no contexto educacional, a fim de formar indivíduos letrados e que busquem por uma sociedade antirracista, justa e equânime.

Palavras-chave: Letramento racial crítico. Lei 10.639/2003. Formação de professores. Ação pedagógica. Educação básica.

ABSTRACT: This paper presents the concepts of Racial Literacy and Critical Racial Literacy (CRL), with the aim of investigating how CRL is presented in

scientific productions published in the Journal of the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel (CAPES) in the light of Teacher Training and Pedagogical Action, as well as presenting the contributions of an anti-racist education in view of the 20 years of Law 10.639/2003. Therefore, the method is based on the systematic mapping of scientific productions, made available in the CAPES Periodicals, selected atemporally. Thematic analysis was used to analyze the data using ATLAS.ti software, in which the texts were organized into two categories: "Teacher Training" and "Pedagogical Action". As a result, the need to progressively promote CLR in the educational context was highlighted, in order to train literate individuals who seek an anti-racist, fair and equitable society.

Keywords: Critical racial literacy. Law 10.639/2003. Teacher training. Pedagogical action. Basic education.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho se propõe ao estudo do Letramento Racial Crítico (LRC) à luz de questões educativas, tendo em vista as lacunas presentes nas diversas áreas do conhecimento da Educação Básica, resultado de uma invisibilização da Lei 10.639/2003, buscando assegurar o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana no âmbito do currículo escolar, e as contribuições de uma educação emancipatória que contempla a diversidade étnico-racial.

A referida Lei 10.639/2003 define as seguintes normas:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1o O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2o Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras (BRASIL, 2003).

Destaca-se que, durante esses 20 anos, houveram muitos ganhos em prol do Movimento Negro, como a Lei de Cotas nº 12.290/2014 (BRASIL, 2014), que institui a reserva de 20% das vagas para pessoas negras em concursos públicos federais. No entanto, na docência do Ensino Superior, principalmente nas licenciaturas, ainda há uma baixa representatividade de pessoas negras, o que impacta significativamente na formação de profissionais da educação. Constata-se uma reduzida representatividade e estímulo ao pertencimento, em contraste à construção e permanência de bibliografias majoritariamente composta por homens brancos e europeus (LIMA, 2023), explicitando

que o racismo não é apenas estrutural, como também institucional. Tais fatos fazem com que a desigualdade racial perpassa as práticas educacionais, que não reconhecem o seu papel, as contribuições, à história e a cultura de pessoas africanas, afro-brasileiras e indígenas para a sociedade brasileira. Em consonância a isso, Ribeiro e Da Costa (2018, p. 394) afirmam que, devido à “naturalização do racismo, a escola se encontra despreparada para lidar com questões raciais, resistente a essas questões, e com temáticas decorrentes delas”.

Vale ressaltar que, geralmente, trabalhar com questões que contemplem a diversidade étnico-racial, fica reduzido a datas comemorativas ou, até mesmo, ao mês de novembro, isto é, mês simbólico da Consciência Negra. Ainda que não sejam práticas tão significativas para pessoas negras, pois a relevância dessas pessoas e da ancestralidade vai muito além de datas comemorativas e momentos pontuais.

Sendo assim, o objetivo deste estudo está em investigar como o LCR se apresenta nas produções científicas publicizadas no Periódico da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) à luz da Formação de Professores/as e da Ação Pedagógica, bem como apresentar as contribuições de uma educação antirracista à vista dos 20 anos da Lei 10.639/2003, por intermédio de um mapeamento sistemático de produções científicas. Entende-se que, através da educação, há uma potência relevante no que tange às práticas para promover, de forma marcante e significativa, a diversidade étnico-racial. É algo que é possível, que poderá transformar a perspectiva de muitas crianças negras e não-negras na sociedade, a fim de que estas consigam se reconhecer, desde cedo, e ter a compreensão do quanto a educação liberta e emancipa.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

À guisa do letramento, como ponto de partida desta escrita, considera-o para além da decodificação de código e termos, isto é, habilidades de leitura e escrita, processos esses que se apresentam na alfabetização, mas sim como fenômeno que possibilita a participação efetiva dos indivíduos para atuar de forma ativa na sociedade (SOARES, 2004). Acredita-se e considera-se o conceito de letramento indissociável da alfabetização, sendo o primeiro, respectivamente, a função social de ler e escrever, ou seja, presente nas práticas e compreensão de situações cotidianas (RUPPENTHAL; COUTINHO; MARZARI, 2020).

Cabe ressaltar que existem múltiplos letramentos, não bastando somente um para abranger todos os conhecimentos que podem e devem ser explorados nos ambientes educacionais, assim como afirma Rojo: “Como são muito variados os contextos, as comunidades, as culturas, são também muito variadas as práticas e os eventos letrados que neles circulam. Assim é que o conceito de letramento passa ao plural: deixamos de falar em “letramento” e passamos a falar em “letramentos”” (ROJO, 2010, p. 27).

Letrar sujeitos é possibilitar uma atuação cidadã na realidade em que estão inseridos, de forma crítica e ativa, visando uma sociedade justa, equânime e democrática. Um exemplo desses letramentos é justamente o Letramento Racial Crítico (LRC), que busca assegurar o respeito e permanência da

diversidade étnico-racial, isto é, da História e Cultura dos Povos Originários, Povos Africanos e Afro-brasileiros.

Ademais, a questão racial na educação começou a ser discutida a partir da “Teoria Racial Crítica”, um instrumento teórico que foi construído baseando-se na recuperação da história de afro-americanos e latinos. Trata-se de uma forma de trabalhar a questão da racialidade como uma maneira de olhar para as desigualdades sociais (GANDIN; DINIZ-PEREIRA; HYPOLITO, 2002). Corroborando, Ferreira (2014) afirma que essa abordagem traz perspectivas importantes sobre raça e racismo, inclusive na relação entre professores/as e estudantes, para que essas questões sejam refletidas em um trabalho baseado na criticidade e no contexto escolar de forma transdisciplinar no currículo escolar.

No contexto brasileiro, assume-se o termo Letramento Racial, que possibilita ações político-sociais contínuas para combater o racismo através de uma reeducação crítica, a fim de compreender como o racismo se engendra nas estruturas de poder da sociedade, seja nos contextos institucionais ou fora dele (BRAÚNA; DA SILVA SOUZA; SOBRINHA, 2022). Assim como ressalta Skerrett (2011, p. 314), o “Letramento Racial é uma compreensão das formas poderosas e complexas em que raça influencia as experiências sociais, econômicas, políticas e educacionais de indivíduos e grupos”, considerando que o mesmo se estabelece nas ramificações das estruturas sociais.

No entanto, considera-se o conceito de LRC voltado para o campo da educação, atua como um “conjunto de ferramentas pedagógicas para a prática do letramento racial em ambientes escolares com crianças, como os pares no ambiente de trabalho, colegas, e assim por diante [...]” (MOSLEY, 2010, p. 452), com a finalidade de promover a formação de indivíduos reflexivos e conscientes, visando uma racialidade emancipatória na sociedade. Salienta-se, ainda que, o racismo estrutural se faz presente até mesmo na organização curricular das escolas, pois “a escola, como uma instituição da sociedade, não é neutra ou isenta, ela é ideológica, portanto, se a sociedade é racista a escola é racista” (BRAÚNA; DA SILVA SOUZA; SOBRINHA, 2022, p.6), por isso a importância de trabalhar essa temática em sala de aula para além de datas específicas e momentos pontuais.

Na medida em que letrar os/as estudantes para conhecerem a História e Cultura Africana, Afro-brasileira e Indígena é indispensável para que o pertencimento desses sujeitos possa ser (re)construído, também é necessário para que os indivíduos possam aprender a respeitar e preservar a história desses povos que tanto já foi invisibilizada e contada pela hegemonia eurocêntrica. Sendo assim, o Letramento Racial e Letramento Racial Crítico buscam romper com o sistema racista da sociedade, de modo que todos/as possam lutar por uma sociedade mais justa, equânime e antirracista.

3 METODOLOGIA

O mapeamento sistemático é um conjunto de dados e conhecimentos categorizados que versam sobre um tema em específico. Além disso, permite o aprofundamento sobre determinado assunto e agrega, no sentido de oportunizar a replicação para novos/as pesquisadores/as sobre os dados e conhecimentos acerca da temática pesquisada (ROCHA; NASCIMENTO; NASCIMENTO, 2018).

Diante disso, este estudo de natureza qualitativa e caráter descritivo (Gil, 2008), descreve-se as características e estabelece relações entre os trabalhos categorizados acerca do Letramento Racial Crítico (LRC). O propósito deste mapeamento se norteia pelo seguinte questionamento: De que modo o LCR se apresenta nas produções científicas publicizadas no Periódico da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)?

O mapeamento foi realizado no Portal de Periódicos da CAPES, utilizando os seguintes descritores *à priori*: Letramento Racial Crítico; Lei 10.639/2003; ensino; estratégias pedagógicas; atividades; práticas pedagógicas. Já os descritores *a posteriori* foram: Letramento Racial; práticas antirracistas; educação antirracista. Enfatiza-se que houve um acréscimo de termos com a finalidade de conseguir novos dados e pesquisas acerca da temática, assim como a combinação de termos para afinamento dos resultados. Os critérios de seleção foram as publicações relacionadas com o conceito do LRC e com a Lei 10.639/2003.

Os trabalhos foram selecionados de forma atemporal, ou seja, sem delimitador de tempo, tendo em vista que essas foram as publicações disponíveis na plataforma de busca, citada anteriormente. Para que os artigos fossem incluídos, os critérios foram: artigos completos, escritos em português e contendo um dos descritores selecionados previamente (Tabela 1), no título, resumo e/ou palavras-chave. E como critério de exclusão foi definido que não deveriam ser analisados artigos que não abordassem a promoção do LRC no corpus textual. Em relação à definição da forma de extração, inicialmente, foi realizada a partir dos títulos, resumos e conclusões e, quando necessário, houve a leitura dos trabalhos selecionados na íntegra.

Os trabalhos selecionados para a para análise, isto é, que relacionam-se com a temática pesquisada do LRC constam na tabela abaixo (Tabela 1).

Tabela 1 - Trabalhos mapeados

Números	TÍTULO	AUTORES/ANO DE PUBLICAÇÃO
1	A Lei 10.639/03 e perspectiva do ensino de literaturas africanas e afro-brasileira: rumo a uma educação antirracista	Berte; Maquêa (2022)
2	Literatura Afro-brasileira na escola: letramento racial e Afroletramento como instrumento de formação antirracista	Pereira; Braulio (2023)
3	A urgência do letramento racial e do antirracismo na educação brasileira	Moraes (2022)
4	Letramento Racial Crítico na construção da Educação Antirracista nas aulas de língua inglesa da Educação Básica	Santos; Santos; El Kadri (2021)
5	Literatura Infantil Como Meio Articulador do Letramento Racial Crítico em Sala de Aula	Oliveira; Ferreira (2019)
6	Educação linguística para as relações étnico-raciais na educação básica: implicações e reorientações no ensino-aprendizagem de LA/inglês	Figueiredo (2022)

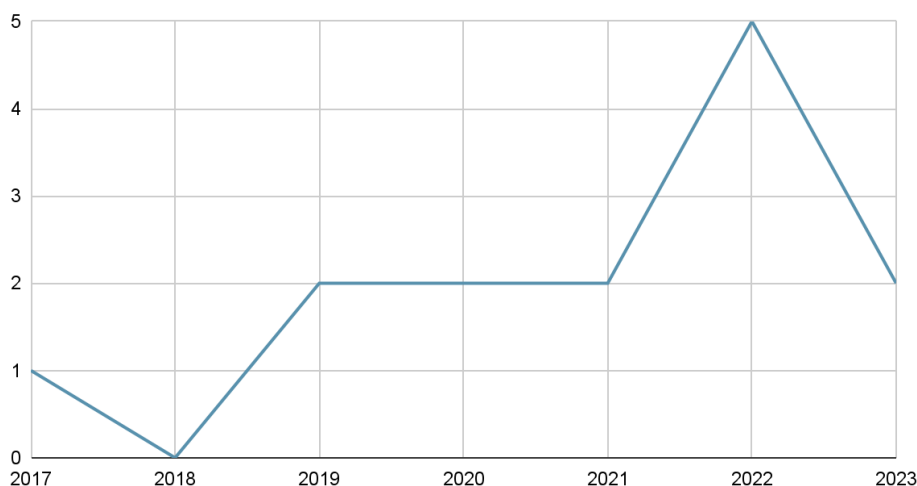
7	Crítico “pero no mucho”: Problematizando a abordagem de questões identitárias em uma unidade de um livro didático de inglês para o Ensino Médio	Costa; Rodrigues (2021)
8	Letramento Racial mediado pela literatura infanto-juvenil na Educação Básica	Silva; Souza-Dias (2017)
9	Rumo a uma educação antirracista na educação bilíngue: a proposta do “Global Kids”	El Kadri; Saviolli; Santos (2022)
10	De encantos e afetos a literatura Negroafetiva da escritora Sonia Rosa	Pereira; Jesus; Dias (2023)
11	Por uma educação antirracista: teatro do oprimido, letramento étnico-racial e a transformação social de meninas negras	Netto; Oliveira (2019)
12	Diálogos possíveis entre educação antirracista e decolonial: vozes insurgentes, pedagogias críticas e a Lei 10.639/03	Reis; Calado (2020)
13	A Lei 10.639/2003 e o Documento Curricular de Goiás desafios para um ensino antirracista	Guimarães (2022)
14	Brasil – África: a formação docente para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana como estratégia de uma educação antirracista	Felipe (2020)

Fonte: realizado pelas autoras (2023).

Para análise de dados, utilizou-se a análise temática que consiste em descobrir os núcleos dos sentidos de palavras, frases ou resumos, em que a presença e frequência possam ter relevância para a pesquisa (MINAYO, 2014). Essa análise é realizada em três etapas: (i) pré-análise com a seleção dos materiais através da leitura flutuante, seguido da (ii) exploração do material com a leitura completa para identificar os núcleos dos sentidos das publicações e (iii) tratamento dos resultados obtidos e interpretação dos 14 artigos selecionados através do software ATLAS.ti. que posteriormente foram categorizados por “formação de professores” e “ação pedagógica” e subdivididos pelas etapas da Educação Básica, sendo elas: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. Cabe aqui destacar que os artigos que não constavam etapas de ensino específicas foram realocados para uma nova subcategoria, denominada “Educação Básica”.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Diante dos trabalhos mapeados e analisados, percebe-se um acréscimo de publicações referentes à temática da diversidade étnico-racial nos últimos anos (Gráfico 1), assim como da utilização do conceito de “Letramento Racial” e “Letramento Racial Crítico”. No entanto, considerando a urgência de uma sociedade letrada racialmente, vale o tensionamento e reforço da importância da formação de professores/as, pesquisas, práticas pedagógicas, e principalmente, princípios pedagógicos nos currículos educacionais que visam a promoção do antirracismo cotidianamente nos contextos educacionais.

Gráfico 1 - Distribuição temporal das publicações

Fonte: As autoras (2023), por meio do Planilhas Google.

A partir da Análise Temática, os textos foram organizados em duas categorias, sendo elas a “Formação de Professores/as”, em que se configura como um período de trocas de saberes e conhecimentos, momento-chave para socialização e formação profissional, como um sujeito autônomo e reflexivo (NÓVOA, 1992), e “Ação Pedagógica”, que “não se restringe somente à prática didática do educador em sala de aula, mas é cerceada por elementos com potencialidade que nas relações construídas contribuem para a formação crítica do educando” (RODRIGUES *et al*, 2021, p. 222), em prol de uma educação transformadora.

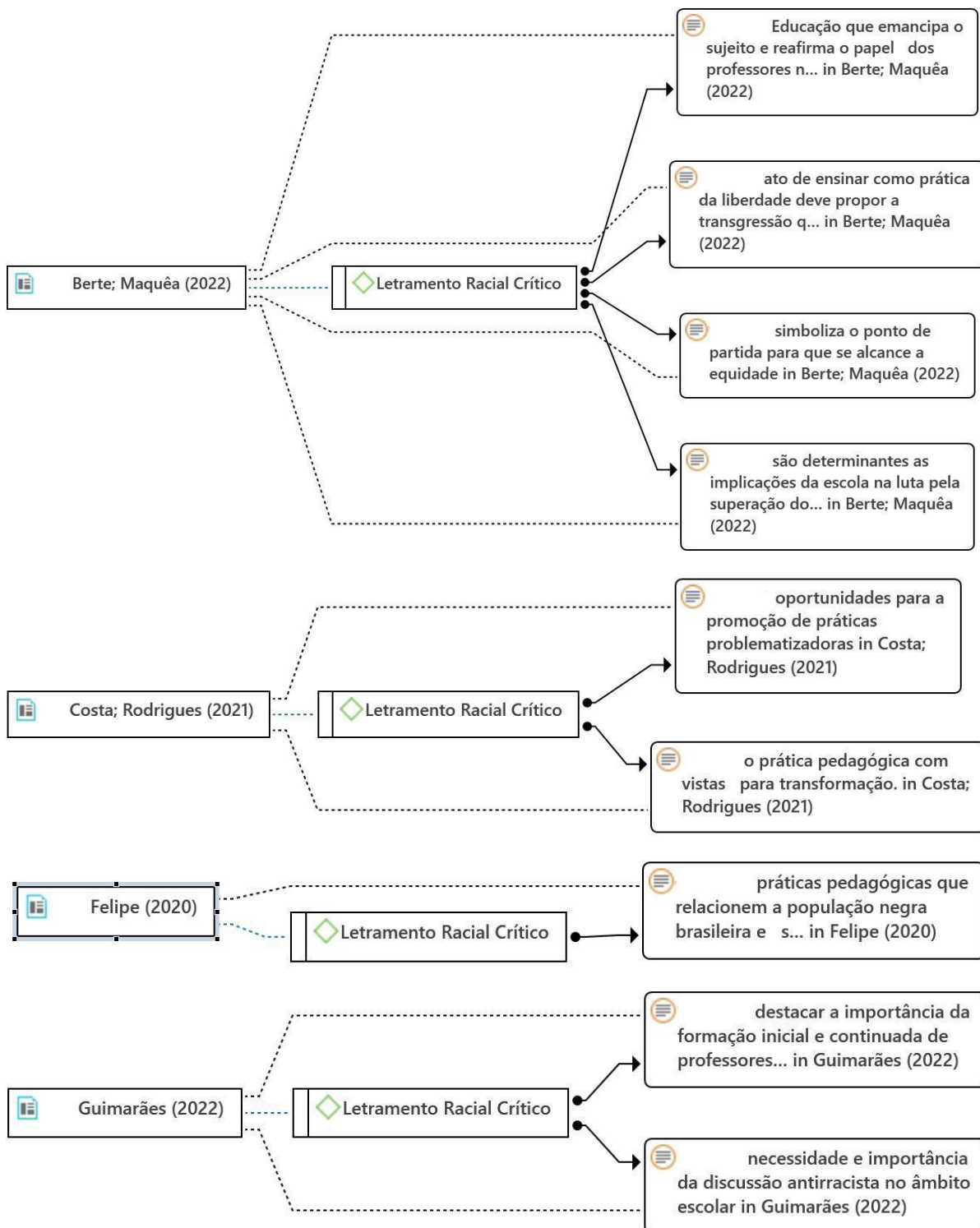
4.1 Formação de Professores/as alinhada ao Letramento Racial Crítico

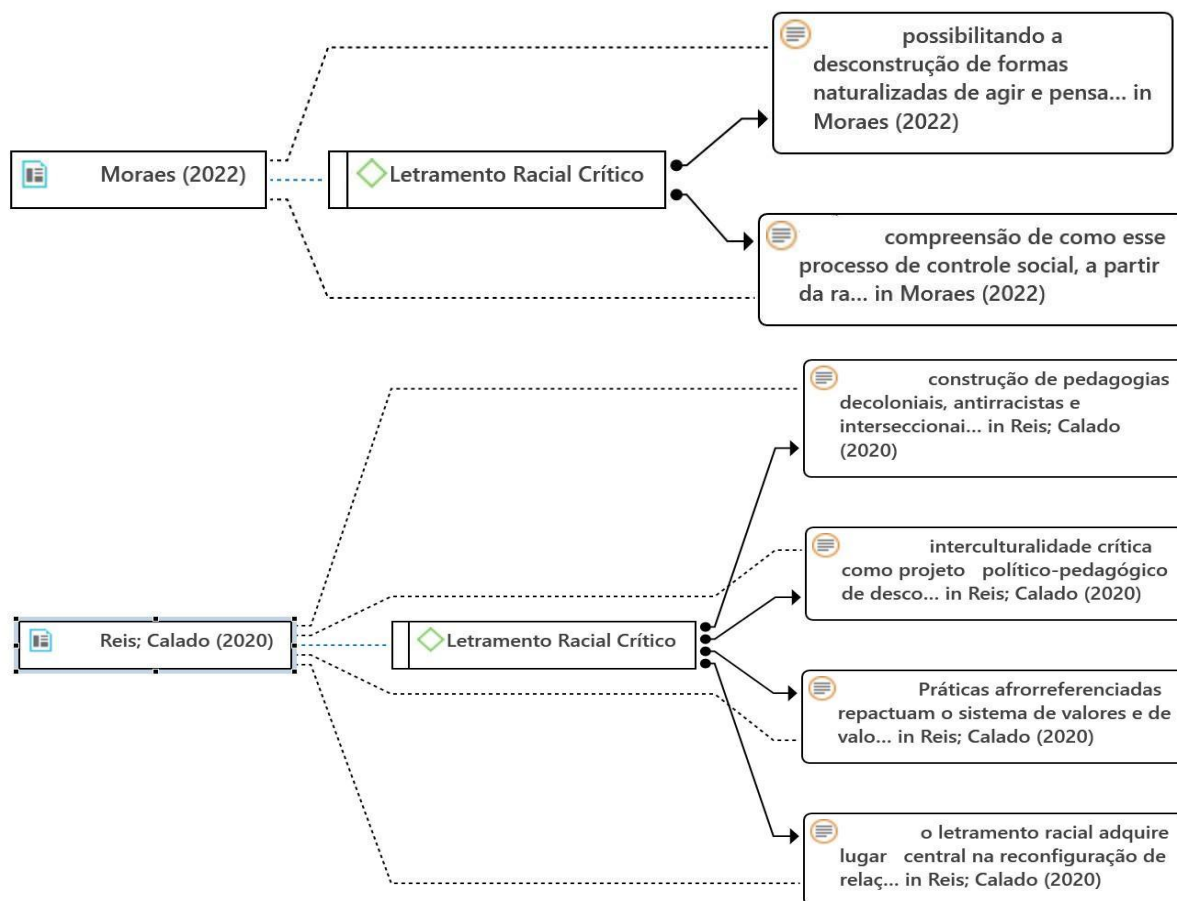
Esta categoria apresenta a Formação de Professores/as alinhada ao LRC, conforme os textos analisados (Figura 1). Vale ressaltar que dos 14 artigos selecionados, apenas 6 se mostraram referentes à linha da formação de educadores/as no que tange o LRC, gerando uma preocupação, pois uma formação inicial com suportes teóricos acerca dessa temática, que se mostra imprescindível, possibilita uma ação pedagógica mais crítica e sensível a questões relacionadas à diversidade étnico-racial. Além disso, evidencia a pouca adesão da Lei 10.639/2003 nas formações iniciais e continuadas, o que seria de grande valia tanto para os/as professores/as, quanto para os/as outros/as educadores/as da escola, pois “[...] todas as pessoas que estão no interior de uma escola são educadoras, portanto todas precisam ser formadas” (PINHEIRO, 2023, p. 25).

Isto posto, o artigo de Berte e Maquêa (2022) apresenta a literatura africana e afro-brasileira como possibilidade potencializadora da criticidade e reflexão, em prol da superação do racismo, como também traz as lacunas presentes na implementação da Lei 10.639/2003, segundo a percepção de professores/as da rede pública de Mato Grosso. Um dos pontos que vale destacar é o relato de que a falta de incentivo de formações continuadas relacionadas à temática da diversidade étnico-racial se faz

presente na rede de ensino, o que contribui para a preservação do racismo na escola. No entanto, assim como afirmam as autoras do artigo (Figura 1), o LRC possibilita a emancipação do sujeito e reafirma o papel dos/as professores/as, como profissionais que não só aplicam técnicas e/ou conhecimentos, mas que criam condições para construção da criticidade, sensibilidade e pertencimento racial de crianças e adolescentes.

Figura 1 - Formação de professores alinhada ao LRC





Fonte: As autoras (2023), por meio do software ATLAS.ti.

Moraes (2022) traz a importância da formação inicial de professores/as no que concerne o Letramento Racial, levando em consideração que se estes sujeitos não se formam docentes antirracistas, irão reproduzir práticas racistas no ambiente escolar, tornando ainda mais distante o arcabouço legal da realidade da prática educacional, pois é notório os impactos nocivos do racismo na trajetória educacional de alunos/as negros/as. Por isso, a importância da desconstrução das formas naturalizadas da ótica vigente, assim como do agir e pensar que reproduz o pacto da branquitude, isto é, privilégios, hierarquização, vantagens simbólicas e subjetivas para as pessoas identificadas como brancas (PINHEIRO, 2023), assim como de compreender como esse processo do racismo estrutural se instaura na sociedade.

Já o texto de Reis e Calado (2020) busca analisar de que forma as práticas pedagógicas e as legislações antirracistas redefinem os itinerários de formação docente e impactam nos trajetos curriculares de estudantes e docentes, a partir da Lei 10.639/2003. Da mesma maneira, apresenta os desafios para efetivação do LRC na Educação Básica que, em suma, retratam a necessidade de instrumentos e práticas que implementem o que está disposto na lei, a partir de práticas afrorreferenciadas, assim como a urgência de pedagogias decolônias, antirracistas e interseccionais. Não obstante, para que tudo isso ocorra, é necessário um rigoroso aporte teórico e motivação para compreender as minúcias de um sistema vigente que funciona desde o período colonial, a fim do LRC

assumir a posição central que merece, como nos projetos políticos pedagógicos e currículos educacionais.

Guimarães (2022) buscou verificar a presença da Lei 10.639/2003 no Documento Curricular de Goiás, evidenciando a temática central da lei abordada somente em disciplinas como Geografia, História e Língua Inglesa. Todavia, nas demais disciplinas ficou explícita a abordagem da referida temática somente em momentos pontuais ou datas comemorativas, o que expressa, mais uma vez, a invisibilização da Lei 10.639/2003 e a sua má compreensão, visto que a mesma deixa explícito que a temática da História e Cultura dos Povos Africanos e Afro-brasileiros deve ser abordada no âmbito de todo o currículo escolar, isto é, todos os componentes curriculares tem o compromisso de pensar e refletir em práticas pedagógicas afrorreferenciadas, assim como de trazer diferentes perspectivas históricas, não somente do viés eurocêntrico.

Felipe (2020) problematiza as estratégias para efetivar uma educação antirracista em sala de aula, levando em consideração a Lei 10.639/2003, a partir dos resultados do curso de extensão “Brasil – África: Diálogos Possíveis na Educação Básica”, realizado na Universidade do Estado do Paraná. Ademais, apresenta que para que ocorra a efetivação do LRC é necessário que os/as docentes reconheçam a diversidade racial presente na sociedade brasileira, assim como busquem por materiais que contribuam para a ruptura do racismo e que pensem em práticas pedagógicas que relacionem a população negra brasileira a sua ancestralidade africana para o fortalecimento da identidade racial.

Para além disso, torna-se necessário apresentar as potencialidades dos povos africanos e de pessoas negras, para que crianças e adolescentes consigam se ver exaltados e empoderados, diante de referências positivas de pessoas negras, o que contribui para a desconstrução de estereótipos impostos pela sociedade. Enaltece-se que este artigo visou uma formação continuada para professores/as, e como esse movimento para uma educação antirracista é de suma importância para a troca de saberes e conhecimentos acerca da diversidade étnico-racial, para a construção do LRC.

Por fim, Costa e Rodrigues (2021) trazem sugestões em sua pesquisa para complementar a unidade temática de um livro didático de inglês, que pertence a uma coleção aprovada pelo Programa Nacional do Livro e Material Didático de 2018, visando possíveis formas de preencher lacunas a fim de promover práticas pedagógicas antirracistas, ao promover reflexões sobre questões identitárias, de forma interseccional e decolonial. Do mesmo modo, apontam para a necessidade da promoção de formação de professores/as relacionada à temática da diversidade étnico-racial para trabalhar com esses materiais de forma adequada e relevante, a fim de práticas pedagógicas que promovam a criticidade e com vistas à transformação social.

4.2 Ação Pedagógica alinhada ao Letramento Racial Crítico

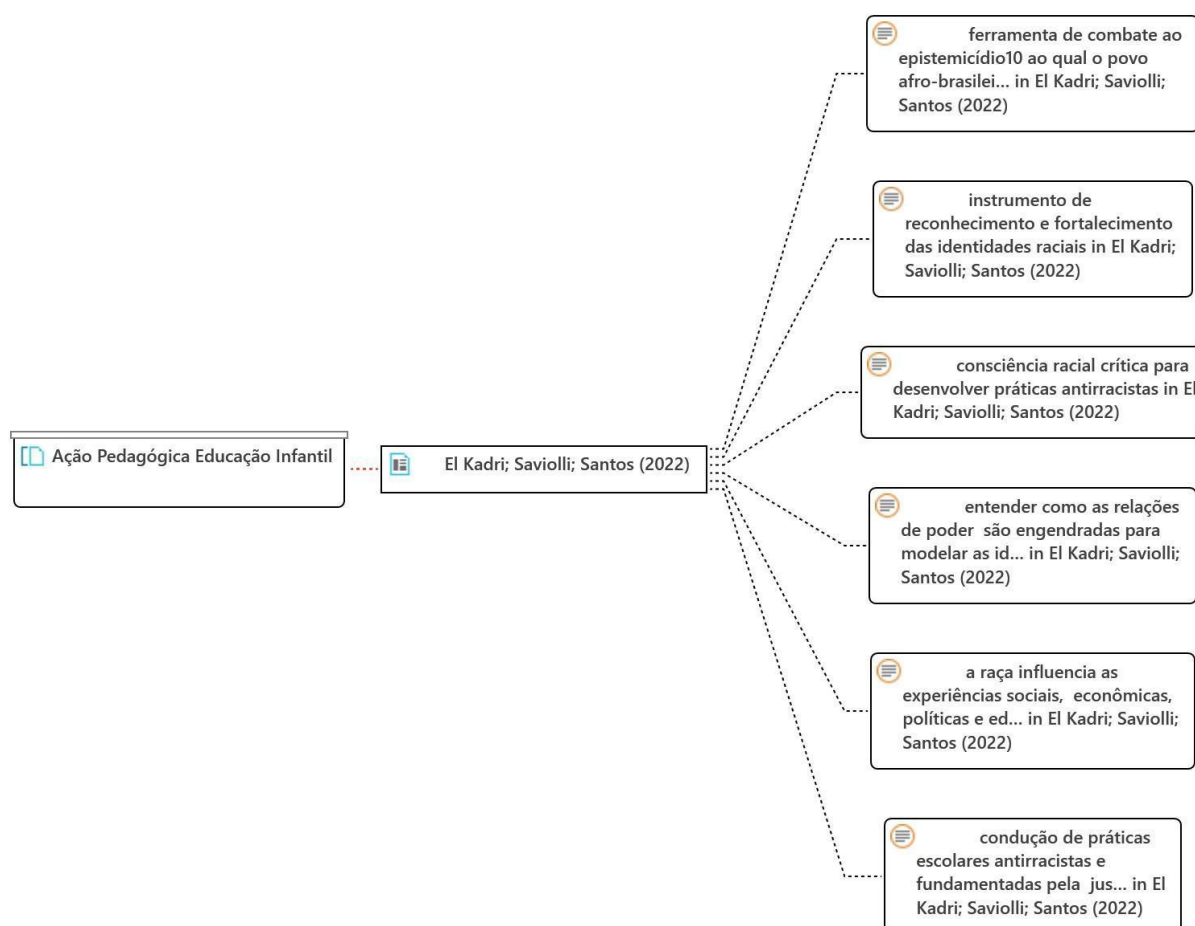
Nesta categoria, intitulada “Ação Pedagógica alinhada ao Letramento Crítico”, apresentam-se 9 artigos selecionados, sendo a categoria com mais achados de publicações no periódico de busca, com o intuito de compreender como as práticas pedagógicas, no que concerne o LRC, são propostas no cotidiano escolar, tendo como respaldo legal as legislações que fomentam a diversidade étnico-racial e o LRC, pois assim como afirma Hooks, a ação pedagógica possibilita o “agir e refletir sobre o mundo a

fim de modificá-lo” (2013, p. 26). A categoria foi subdividida a partir de três etapas da Educação Básica, sendo elas: Educação Infantil (Figura 2), Ensino Fundamental (Figura 3) e Ensino Médio (Figura 4). Os artigos que não especificaram a etapa da práxis pedagógica foram realocados para uma nova subcategoria, intitulada “Educação Básica” (Figura 5).

Para a Educação Infantil apenas um estudo foi encontrado, percebe-se uma ausência significativa de publicações. Era esperado encontrar mais estudos acerca da temática, pois segundo Barros, Souza e Euclides (2022) é a fase que se inicia a construção de identidade e pertencimento das crianças, elaboração das primeiras impressões e saberes sobre o mundo, o que torna crucial que haja representação da diversidade racial e cultural para que as crianças possam se ver como protagonistas.

O estudo de El Kadri, Saviolli e Santos (2022) apresenta uma proposta para a Educação Infantil bilíngue baseada no LRC para que crianças tenham acesso a discursos empoderadores e como indicado na figura 2, o estudo demonstrou a importância de promover uma educação pautada em práticas antirracistas desde a mais tenra idade.

Figura 2 - Ação Pedagógica alinhada ao LRC na Educação Infantil

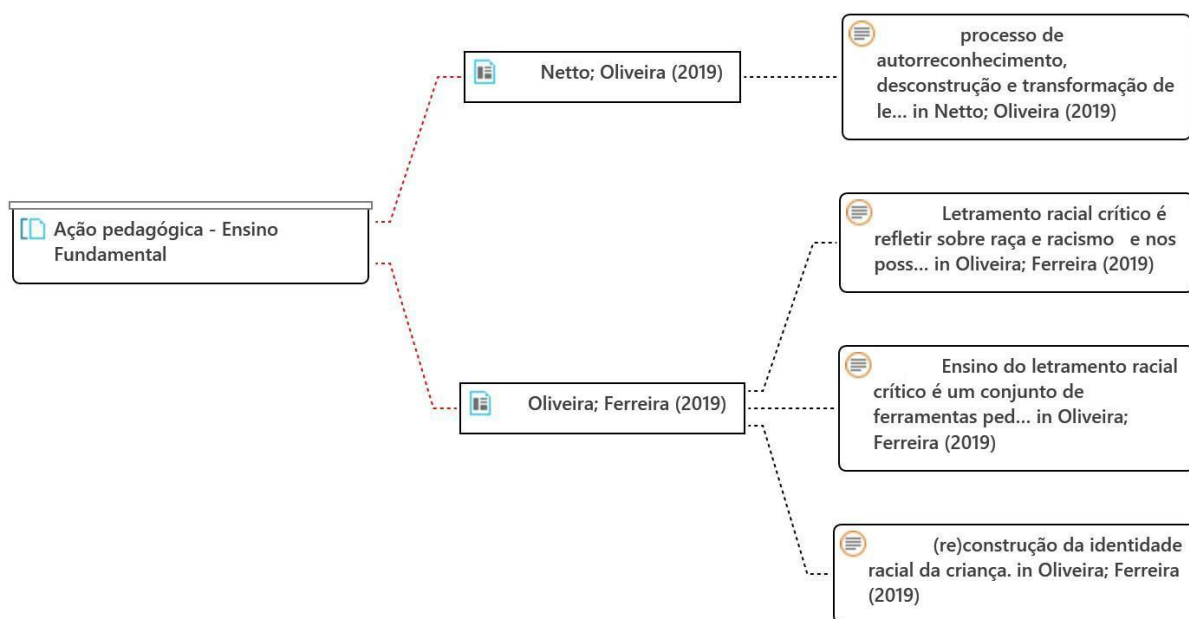


Fonte: As autoras (2023), por meio do software ATLAS.ti.

Sobre o Ensino Fundamental, as publicações encontradas (Figura 3) abordam uma forma diferenciada de trabalhar a temática racial em sala de aula, por meio da ludicidade, uma vez que, nessa etapa, a escolarização se torna majoritariamente presente, ao invés de um processo mais significativo, contextualizado e prazeroso. Conforme Roveri (2018, p. 273), o trabalho pedagógico, no Ensino Fundamental, deve garantir o direito à manifestação dos sentimentos e individualidade das crianças, assim como a valorização e afirmação das diferenças. Felizmente, os trabalhos pedagógicos apresentados nessa subcategoria demonstram uma educação antirracista, sensível e lúdica, que considera as crianças como sujeitos de direitos, ativos e protagonistas no processo de ensino-aprendizagem.

O estudo de Netto e Oliveira (2019) realizou uma análise sobre a arte do Teatro do Oprimido, enquanto processo de autorreconhecimento, desconstrução e transformação social em busca do LRC de meninas negras através de jogos e atividades teatrais que proporcionaram diálogos e reflexões sobre a construção das identidades e subjetividades das estudantes participantes. Enquanto a pesquisa de Oliveira e Ferreira (2019) apresenta a literatura infantil como uma possibilidade para promoção do LRC a partir de discussões sobre questões raciais e empoderamento dos estudantes.

Figura 3 - Ação Pedagógica alinhada ao LRC no Ensino Fundamental



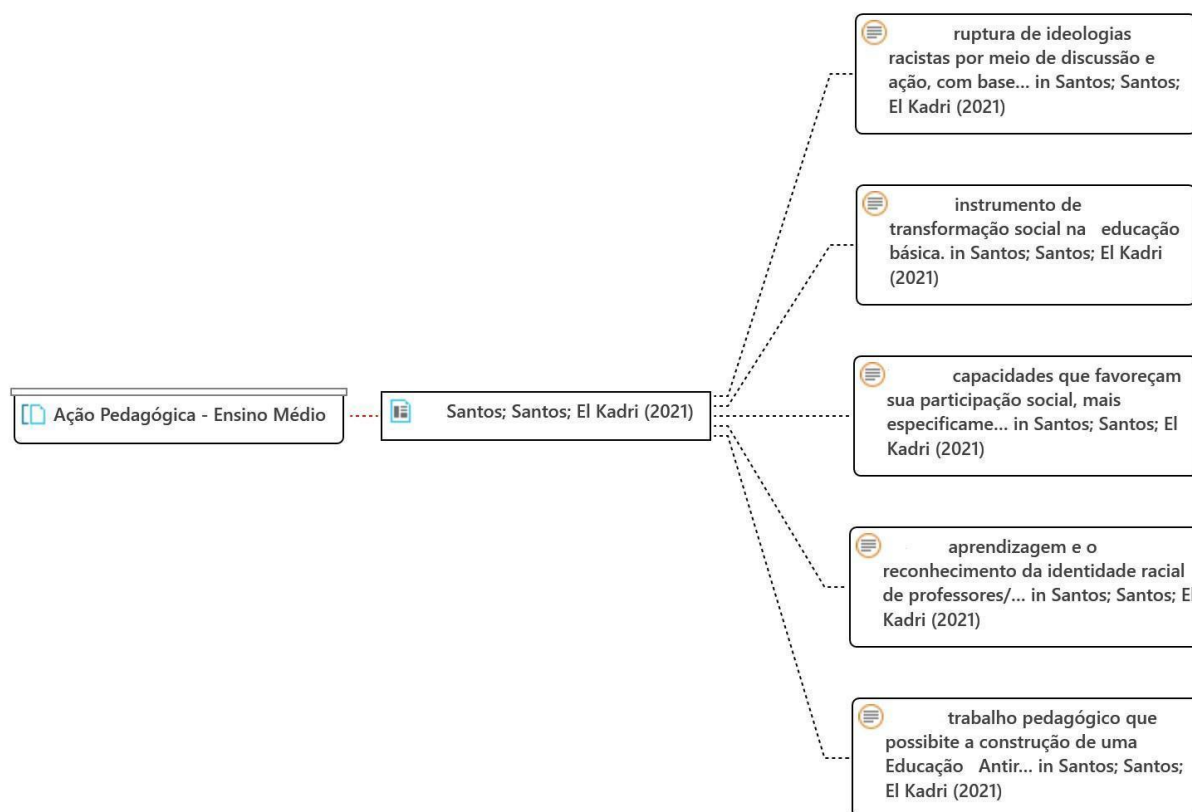
Fonte: As autoras (2023), por meio do software ATLAS.ti

Sobre o Ensino Médio (Figura 4), o estudo de Santos, Santos e El kadri (2021) apresenta uma prática didático-pedagógica em que os estudantes vivenciaram atividades sobre questões étnico-raciais por meio da contextualização histórica, social e teórica, embasada nos pressupostos do LRC e da Análise do Discurso Crítica.

Por se tratar de uma etapa tão importante da Educação Básica, torna-se preocupante que apenas uma publicação discuta sobre a temática LRC (Figura 4), pois a escola é uma das principais instituições

com compromisso político, social e ético que pode contribuir com a formação antirracista dos cidadãos (ARAÚJO; SOARES, 2019), mas devido as novas propostas de reformulações curriculares para um modelo fixo do Ensino Médio, torna-se cada vez mais difícil desenvolver práticas que superem essa defasagem, e campos do conhecimento importantes para a cidadania, democracia e diversidades étnico-raciais acabam por serem suprimidos na formação dos estudantes (SILVA; MOREIRA, 2020).

Figura 4 - Ação Pedagógica alinhada ao LRC no Ensino Médio



Fonte: As autoras (2023), por meio do software ATLAS.ti

No que concerne a Educação Básica (Figura 5), percebe-se um repertório que evidencia a literatura como possibilidade de ação pedagógica para que seja trabalhada a diversidade étnico-racial, assim como a construção do LRC a partir das propostas apresentadas. Entretanto, o documento norteador da Educação Básica brasileira, isto é, a Base Nacional Comum Curricular deixa explícito a invisibilização da temática para as Relações Étnico-Raciais (DA SILVA; DA SILVA, 2021), o que corrobora com currículos educacionais que não promovem o respeito às diferenças como eixo central das práticas pedagógicas.

No tocante ao artigo de Dias, Pereira e Jesus (2022), o mesmo trata do Letramento Racial e da Literatura Negroafetiva produzida por Sonia Rosa, que tem como finalidade ampliar o repertório cultural de crianças, adolescentes e adultos, como também construir uma identidade étnico-racial positiva, que valoriza a subjetividade da pessoa negra e colabora com uma educação antirracista, pois

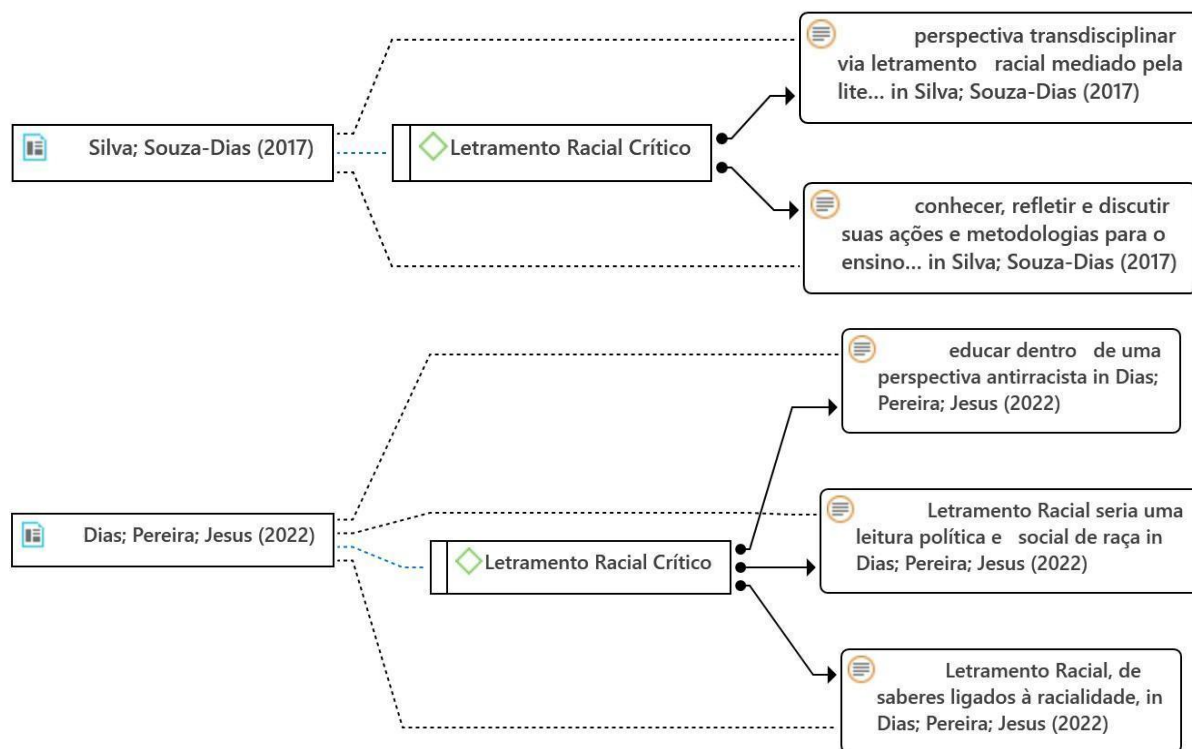
coloca essas pessoas como protagonistas, além de contribuir com a implementação da Lei 10.639/2003, por meio da ludicidade.

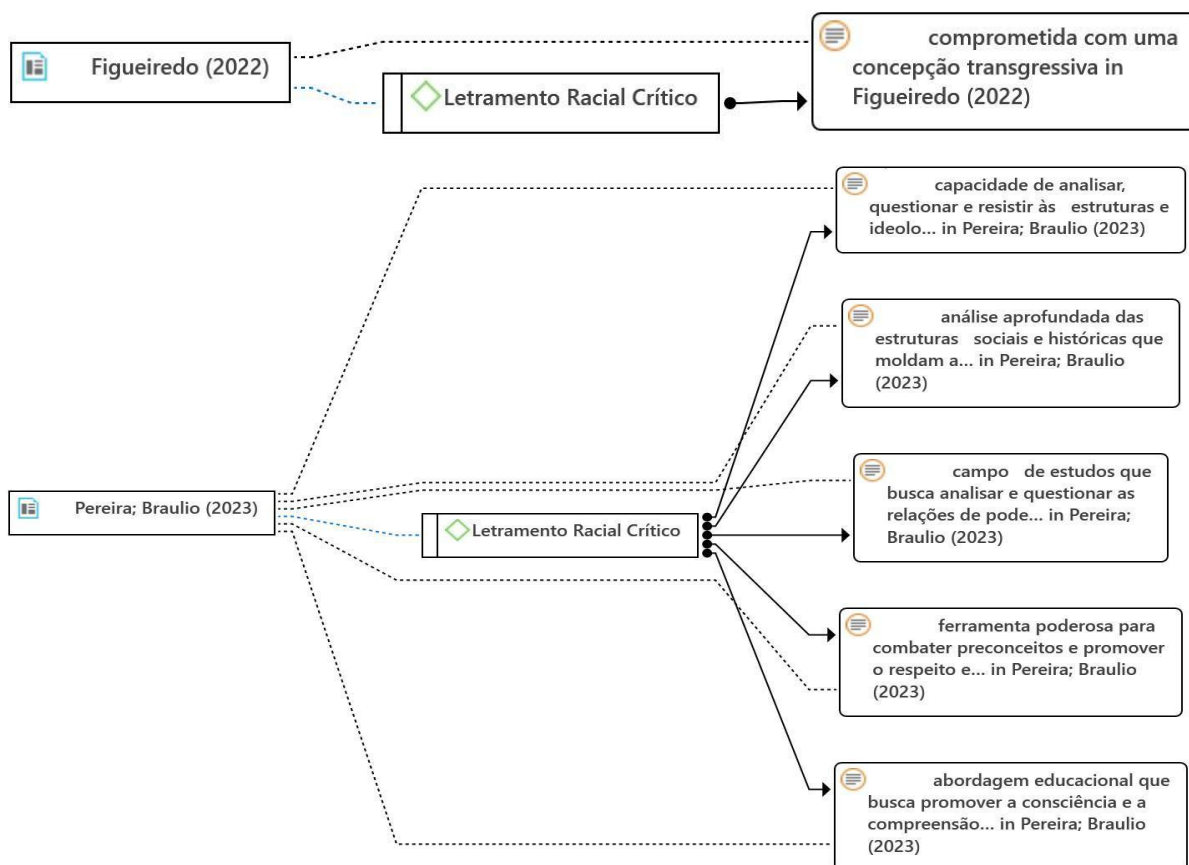
Já o artigo de Silva e Souza-Dias (2017) aglomera livros de literatura infanto-juvenil que contribuem para uma prática pedagógica que aborda as temáticas raciais, em sua riqueza e diversidade, para a promoção do LRC, de forma transdisciplinar, através das literaturas, a fim de conhecer, refletir e discutir para uma educação antirracista.

No que se refere ao artigo de Figueiredo (2022), o mesmo apresenta a urgência da construção de um currículo antirracista para o ensino-aprendizagem de língua inglesa na Educação Básica, que promova o LRC, em prol de uma educação que seja comprometida com a concepção transgressiva, libertadora e emancipatória. Pois, somente assim, será possível construir uma sociedade mais justa, que respeita e valoriza a diversidade étnico-racial.

Já o artigo de Pereira e Braulio (2023), possibilita (re)pensarmos os conceitos de LRC e Afroletramento através de práticas pedagógicas que envolvam literaturas afrocentradas, trazendo a referência da excelentíssima autora Conceição Evaristo. Propõe, ainda, o LRC como possibilidade para desenvolver a capacidade de analisar, questionar e resistir às estruturas e ideologias presentes na sociedade, assim como de analisar historicamente as estruturas do viés que moldam a realidade brasileira, já que letrar-se racialmente possibilita a consciência e compreensão dessas dinâmicas sociais. Tal como, vale o tensionamento de práticas pedagógicas que estejam explícitas as contribuições e potências dos povos africanos e afro-brasileiros, não somente na sociedade brasileira como fora dela, seja a partir dos saberes repassados de geração em geração até os conhecimentos produzidos por esses povos. Assim como, a relevância da ancestralidade e herança cultural para um trabalho com crianças e adolescentes de maneira afrocentrada, em que elas possam se reconhecer e se inspirar.

Figura 5 - Ação Pedagógica alinhada ao LRC na Educação Básica





Fonte: As autoras (2023), por meio do software ATLAS.ti

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De modo a concluir, evidencia-se a partir deste estudo a necessidade do Letramento Racial em todas as esferas da sociedade e, principalmente, do LRC presente nos contextos educacionais. Levando em consideração que o número de publicações referentes a Formação de Professores alinhada ao LRC ainda é preocupante, trabalhar questões relacionadas à diversidade étnico-racial na formação inicial torna-se um dos eixos centrais para compreensão da realidade e transformação da mesma.

Em relação a Ação Pedagógica alinhada ao LRC, percebe-se a busca dos/as profissionais por práticas que sejam significativas e empoderadoras, no entanto, esses/as educadores/as ainda são exceções em um sistema educacional que forma e que constrói documentos norteadores que invisibilizam a própria legislação, como a própria Base Nacional Comum Curricular, em que não deixa evidente a contribuição dos estudos das relações étnico-raciais para a construção do Letramento Racial Crítico, desde a mais tenra idade.

É necessário e urgente a compreensão do papel pedagógico de professores/as, a fim de formar sujeitos críticos, que entendam a realidade na qual estão inseridos e possam agir de forma que subvertam a lógica que está imposta há séculos, a qual a escola como lugar social e político reproduz. Tendo em vista a falta do LRC nas formações de professores/as, bem como de um currículo com referências de pessoas negras, nas universidades e nas formações continuadas.

Por fim, ressalta-se a importância de pesquisas no âmbito da Educação Básica, no que se refere ao LRC, já que o mesmo possibilita a compreensão de como a sociedade se estrutura a partir da raça e do racismo. Ademais, o LRC torna-se uma relevante abordagem educacional que possibilita a transformação para uma sociedade mais justa, equânime e antirracista.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Aldevane de Almeida; SOARES, Emanuel Luis Roque. Identidade e relações étnico-raciais na formação escolar. *Práticas Educativas, Memórias e Oralidades. Rev. Pemo*, v. 1, n. 1, p. 1-14, 2019.
- BARROS, Tainara Batista; SOUZA, Rita de Cássia de; EUCLIDES, Maria Simone. O estado da arte das pesquisas sobre antirracismo na Educação Infantil (2013-2021). *Práxis Educativa*, v. 17, 2022. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S1809-43092022000100437&script=sci_arttext. Acesso em: 29 dez. 2023.
- BRASIL. **Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília: 2003, Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm. Acesso em: 11 dez. 2023.
- BRASIL. **Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014**. Reserva aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/112990.htm. Acesso em: 8 abr. 2024.
- BRAÚNA, Carla Jeany Duarte; DA SILVA SOUZA, Davison; SOBRINHA, Zélia Maria Lemos Andrade. Letramento racial crítico: ações para construção de uma educação antirracista. *Ensino em Perspectivas*, v. 3, n. 1, p. 1-10, 2022. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/ensinoemperspectivas/article/view/8869>. Acesso em: 27 dez. 2023.
- DA SILVA, Assis Leão; DA SILVA, Clesivaldo. A Base Nacional Comum Curricular e a Educação Étnico-Racial na promoção de uma educação antirracista. *Revista Eletrônica Pesquiseduca*, v. 13, n. 30, p. 553-570, 2021. Disponível em: <https://periodicos.unisantos.br/pesquiseduca/article/view/1056>. Acesso em: 29 dez. 2023.
- FERREIRA, Aparecida de Jesus. Teoria Racial Crítica e Letramento Racial Crítico: narrativas e contranarrativas de identidade racial de professores de línguas. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)*, v. 6, n. 14, p. 236-263, 2014. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/141>. Acesso em: 27 dez. 2023.
- GANDIN, Luís Armando; DINIZ-PEREIRA, Júlio Emílio; HYPOLITO, Álvaro Moreira. Para além de uma educação multicultural: teoria racial crítica, pedagogia culturalmente relevante e formação docente (entrevista com a professora Gloria Ladson-Billings). *Educação & Sociedade*, v. 23, p. 275-293, 2002.
- GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática de liberdade; tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Editora WMF Martins fontes, 2013.

LIMA, Laura Pereira. **Falta de docentes negros e bibliografia branca prejudicam a formação antirracista na licenciatura**. *Jornal da USP*, 2023. Disponível em: <https://jornal.usp.br/noticias/bibliografia-branca-e-falta-de-docentes-negros-sao-obstaculos-na-formacao-de-professores-mais-afetivos/>. Acesso em: 08 abr. 2024.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em Saúde. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

MOSLEY, M. 'That really hit me hard': moving beyond passive anti-racism to engage with critical race literacy pedagogy, **Race Ethnicity and Education**, v.13, n. 4, 449-471, 2010. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13613324.2010.488902>. Acesso em: 28 dez. 2023.

NÓVOA, António. **Formação de professores e profissão docente**. 1992. Disponível em: <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/4758> <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/4758>. Acesso em: 21 dez. 2023.

PINHEIRO, B. C. S. **Como ser um educador antirracista**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2023.

RIBEIRO, Flávia Gilene; DA COSTA, Candida Soares. O Racismo institucional e seus contornos na educação básica. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, v. 10, n. 24, p. 392-408, 2018. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/457>. Acesso em: 30 dez. 2023.

ROCHA, F. G; NASCIMENTO, B. A. R; NASCIMENTO, E. F. V. B. C. Um modelo de mapeamento sistemático para a educação. **Cadernos da Fucamp**, v.17, n.29, p.1-6, 2018. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/322807751_UM_MODELO_DE_MAPEAMENTO_SISTEMATICO_PARA_A_EDUCACAO. Acesso em: 04 dez. 2023.

Rodrigues, S. de O., Tiroli, L. G., & Santos, A. R. de J. (2021). Aproximações conceituais entre paulo freire e adolfo sánchez vázquez: a categoria práxis como ação criadora, reflexiva e transformadora na ação pedagógica. **@rquivo Brasileiro de Educação**, 9(18), 209-226. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/index.php/arquivobrasileiroeducacao/article/view/27801>. Acesso em: 21 dez. 2023.

ROJO, Roxane. **Alfabetização e letramentos múltiplos**: como alfabetizar letrando. Coleção explorando o ensino: Língua Portuguesa: ensino fundamental. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Brasília: v. 19, p. 15-36, 2010.

ROVERI, Fernanda Theodoro. Ensino Fundamental de nove anos: rupturas com a Educação Infantil ou acolhimento das infâncias?. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, v. 12, n. 28, p. 10, 2019. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=8640887>. Acesso em: 29 dez. 2023.

RUPPENTHAL, R.; COUTINHO, C.; MARZARI, M. R. B. . Literacy and scientific lettering: dimensions of scientific education. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 9, n. 10, p. e7559109302, 2020. DOI: 10.33448/rsd-v9i10.9302. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/9302>. Acesso em: 27 dez. 2023.

SILVA, Lady Daiana Oliveira da; MOREIRA, Núbia Regina. O currículo de sociologia e a luta política pela diversidade étnico-racial no ensino médio: BNCC. *Revista e-Curriculum*, v. 18, n. 4, p. 1915-1933, 2020. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S1809-38762020000401915&script=sci_arttext. Acesso em: 30 dez. 2023.

SKERRETT, A. English teachers' racial literacy knowledge and practice. *Race Ethnicity and Education*, v. 14, n.3, p. 313-330, 2011. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13613324.2010.543391>. Acesso em: 26 dez. 2023.

SOARES, Magda. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. *Revista brasileira de educação*, p. 5-17, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/89tX3SGw5G4dNWdHRkRxrZk/>. Acesso em: 26 dez 2023.

Recebido em: 31 de dezembro de 2023.

Aprovado em: 27 de março de 2024.

Link/DOI: <https://periodicos.unemat.br/index.php/rep/article/view/12099>

ⁱ **Madjiguene Rodrigues Rangel**. Graduanda do curso de Pedagogia pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), integrante do Grupo de Pesquisa Ciênciaemflor da Universidade Federal de Santa Maria e do Grupo Colaborativo Flexilhas da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA). Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil.

Curriculum Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9237219599976879>

ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-6008-0763>

E-mail: madjiguene.rangel@acad.ufsm.br

ⁱⁱ **Gabriela Rodrigues Noal**. Licenciada em Ciências Biológicas pela Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), mestranda no PPG em Educação em Ciências pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Integrante do Grupo de Pesquisa em Inovação Pedagógica na Formação Acadêmico-Profissional de profissionais da Educação - UNIPAMPA, do Grupo de Pesquisa Ciênciaemflor - UFSM e do Grupo Colaborativo Flexilhas - UNIPAMPA. Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil.

Curriculum Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7583906280048237>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1698-6834>

E-mail: noalgabriela@gmail.com

ⁱⁱⁱ **Cadidja Coutinho**. Doutora em Educação em Ciências pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Professora Adjunta no Departamento de Metodologia do Ensino, Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Maria (MENC/UFESM), e nos PPG Educação em Ciências (PPGECi- UFSM) e PPG Educação (PPGE - UFSM). Líder do grupo de pesquisa Ciênciaemflor (UFSM) e vice-líder do Grupo Colaborativo Flexilhas (UNIPAMPA). Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil.

Curriculum Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9429704945665907>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5182-7775>

E-mail: cadidja.coutinho@ufsm.br